

volume

25/2

Agosto/2020

ISSN 2596-2876

ICH - UFPel



História em revista

revista do núcleo de documentação histórica

dossiê: Ensino de História e Educação em Tempos de Incerteza

*Casa de primeira ordem Casa de primeira ordem Casa de primeira ordem
especialidades em duas especialidades em duas especialidades em duas
para casamentos, baptizara casamentos, baptizara casamentos, bapti-
sados e banquetes. E' osados e banquetes. E' osados e banquetes. E' os
única de positação da ufurânica de positação da ufurânica de positação da ufur-
anda Guarana Espumanteanda Guarana Espumanteanda Guarana Espumante
te e de excelente observo e de excelente observo e de excelente observ-
lab Laeta, fabricandos catals Laeta, fabricandos catals Laeta, fabricandos cat-
S. Paulo pelos Ses. Zes. Paulo pelos Ses. Zes. Paulo pelos Ses. Zes.
motta Leocádio & Companhia Leocádio & Companhia Leocádio & C-
J. Cantatara, Braso. J. Cantatara, Braso. J. Cantatara, Braso.*



Hist. Rev. Pelotas Número 25/2 p.1 - 215 ago. 2020



**Obra publicada pela
Universidade Federal
de Pelotas**

Reitor

Pedro Rodrigues Curi Hallal

Vice-Reitor

Luis Isaías Centeno do Amaral

Direção de Gabinetes da Reitoria

Taís Ullrich Fonseca

Pró-Reitora de Ensino

Maria de Fátima Cossio

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação e Inovação

Flávio Fernando Demarco

Pró-Reitora de Extensão e Cultura

Francisca Ferreira Michelin

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis

Mário Renato de Azevedo Jr.

Pró-Reitor Administrativo

Ricardo Hartlebem Peter

Pró-Reitor de Gestão da Informação e Comunicação

Julio Carlos Balzano de Mattos

Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento

Otávio Martins Peres

Pró-Reitor de Gestão de Pessoas

Sérgio Batista Christino

Editora e Gráfica Universitária - Conselho Editorial

Pres. do Conselho Editorial: João Luis Pereira
Ourique

Repr. das Engenharias e Computação: Darci Alberto
Gatto

Repr. das Ciências Biológicas: Flávio Roberto Mello
Garcia e Marines Garcia (suplente)

Repr. das Ciências da Saúde: Francisco Augusto
Burkert Del Pino e Claiton Leoneti Lencina
(suplente)

Repr. das Ciências Agrônomicas: Cesar Valmor
Rombaldi, Guilherme Albuquerque de Oliveira
Cavalcanti (suplente) e Fabrício de Vargas
Arigony Braga (suplente)

Repr. das Ciências Humanas: Márcia Alves da Silva
e Cláudio Baptista Carle (suplente)

Repr. das Ciências Sociais Aplicadas: Carla Rodrigues
Gastaud

Repr. das Linguagens e Artes: Josias Pereira da Silva
e Eleonora Campos da Motta Santos (suplente)

Instituto de Ciências Humanas

Diretor: Prof. Dr. Sebastião Peres

Vice-Diretora: Profa. Dra. Andréa Lacerda
Bachettini

*Núcleo de Documentação História da UFPel – Profa.
Beatriz Ana Loner*

Coordenadora:

Profª Dra. Lorena Almeida Gill

Membros do NDH:

Profª Dra. Lorena Almeida Gill

Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes

Técnico Administrativo:

Paulo Luiz Crizel Koschier

História em Revista – Publicação do Núcleo de Documentação Histórica

Comissão Editorial:

Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes
Prof^a Dra. Lorena Almeida Gill

Conselho Editorial:

Prof^a Dra. Helga I. Landgraf Piccolo (UFRGS)
Prof. Dr. René Gertz (UFRGS) (PUCRS)
Prof. Dr. Temístocles A. C. Cezar (UFRGS)
Prof^a. Dra. Beatriz Teixeira Weber (UFSM)
Prof^a. Dra. Maria Cecília V. e Cruz (UFBA)
Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos (UFF)
Prof^a. Dra. Joan Bak (Univ. Richmond – USA)
Prof. PhD Pablo Alejandro Pozzi (Universidad de Buenos Aires).
Prof. Tommaso Detti (Università Degli Studi di Siena)

Editores: Sirlei Teresinha Gedoz | Halferd Carlos Ribeiro Junior | Alessandra Gasparotto

Editoração e Capa: Paulo Luiz Crizel Koschier

Imagem da capa: Carlos Eduardo Sperb

Pareceristas ad hoc: Alba Cristina Couto dos Santos Salatino (IFRS) | Carla Beatriz Meinerz (UFRGS) | Claudia Daiane Garcia Molet (UFPel) | Debora Clasen de Paula (UFFS) | Gerson Wasen Fraga (UFFS) | Katani Maria Monteiro Ruffato (UCS) | Lisiane Sias Manke (UFPel) | Mairon Escorsi Valério (UFFS) | Nilton Mullet Pereira (UFRGS) | Vera Lúcia Maciel Barroso (Centro Histórico-Cultural Santa Casa de Porto Alegre)

Editora e Gráfica Universitária

R Lobo da Costa, 447 – Pelotas, RS – CEP 96010-150 | Fone/fax: (53)3227 8411
e-mail: editora@ufpel.edu.br

Edição: 2020/1

ISSN – 2596-2876

Dados de catalogação na fonte:

Aydê Andrade de Oliveira - CRB - 10/864

História em revista / publicação do Núcleo de Documentação Histórica. Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Pelotas. v.25/2, (ago. 2020). – Pelotas: Editora da UFPel, 2020.
1v.

Semestral
ISSN 2596-2876

1. História - Periódicos. I. Núcleo de Documentação Histórica. Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Pelotas.
CDD 930.005

**Indexada pela base de dados Worldcat
Online Computer Library Center**

UFPel/NDH/Instituto de Ciências Humanas

Rua Cel. Alberto Rosa, 154 - Pelotas/RS - CEP: 96010-770

Fone: (53) 3284 3208 -

<http://wp.ufpel.edu.br/ndh/>

e-mail: ndh.ufpel@gmail.com

*** obra publicada em dezembro de 2020**



Os textos contidos neste volume são de responsabilidade exclusiva de seus respectivos autores. Salvo informação explícita em contrário, o(a)s autor(a) (es) respondem pelas informações textuais e imagéticas contidas no presente volume.

SUMÁRIO

	APRESENTAÇÃO	
	INTRODUCTION	
Sirlei Teresinha Gedoz Halferd Carlos Ribeiro Junior Alessandra Gasparotto		06
FORMAÇÃO DE PROFESSORES: ROMPENDO AS FRONTEIRAS HISTÓRICAS SOBRE O FAZER DOCENTE		
TEACHER TRAINING: BREAKING HISTORICAL BORDERS ON DOING TEACHER		
Shirlei Alexandra Fetter Raquel Karpinski Denise Regina Quaresma da Silva		11
SER PROFESSOR DE HISTÓRIA EM TEMPOS DE CRIMINALIZAÇÃO DO FAZER DOCENTE		
BE A HISTORY TEACHER IN THEACHER CRIMINALIZATION TIMES		
Elvis Patrik Katz Andresa Silva da Costa Mutz		28
O ENSINO DE HISTÓRIA DA ÁFRICA E DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA: OS DESAFIOS DE UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NA REGIÃO DE ERECHIM/RS		
THE HISTORY EDUCATION OF ÁFRICA AND AFRO-BRAZILIAN CULTURE: THE CHALLENGES OF ANTIRACIST EDUCATION IN THE ERECHIM/RS REGION		
Luciana da Veiga		47
HISTÓRIA DA ÁFRICA E AFRO-BRASILEIRA: AUTONOMIA NO ENSINAR E APRENDER		
AFRICA AND AFRICA'S HISTORY: AUTONOMY IN TEACHING AND LEARNING		
Aristeu Castilhos da Rocha		70
ENSINO DE HISTÓRIA AFRO-BRASILEIRA ATRAVÉS DE MAQUETES DO LASCA-UFSM		
TEACHING AFRO-BRAZILIAN HISTORY THROUGH LASCA-UFSM MODELS		
Valeska Garbinatto André Luis Ramos Soares		96
SABERES E VALORES DAS PESSOAS NEGRAS EM MOVIMENTO: ENSINAR HISTÓRIA EM COLETIVIDADES EMANCIPATÓRIAS		
KNOWLEDGE AND VALUES OF BLACK PEOPLE IN MOTION: TEACHING HISTORY IN EMANCIPATORY COLLECTIVITIES		
Maurício da Silva Dorneles Carla Beatriz Meinerz		114
COMO TRABALHAR COM A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL PRODUZIDA NOS MUSEUS E EM OUTROS ESPAÇOS? UMA EXPERIÊNCIA ENTRE O MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO E O CURSO PRÉ-UNIVERSITÁRIO POPULAR UP, CAPÃO DO LEÃO-RS		
HOW TO WORK WITH HERITAGE EDUCATION PRODUCED IN MUSEUMS AND OTHER SPACES? AN EXPERIENCE BETWEEN THE MEMORIAL DA RESISTÊNCIA AND THE CURSO PRÉ-UNIVERSITÁRIO POPULAR UP, CAPÃO DO LEÃO-RS		
Milena Rosa Araújo Ogawa Amanda Nunes Moreira		132

APRENDIZAGEM HISTÓRICA E GÊNERO: UMA EXPERIÊNCIA COM AULA OFICINA HISTORICAL LEARNING AND GENDER: AN EXPERIENCE WITH WORKSHOP CLASS	Amanda Nunes Moreira	155
“NÃO É PRECISO QUEIMAR SUTIÃS EM PRAÇA PÚBLICA”: O DIA INTERNACIONAL DA MULHER ATRAVÉS DO JORNAL PIONEIRO		
“NO NEED TO BURN BRAS IN PUBLIC SQUARE”: INTERNATIONAL WOMEN'S DAY THROUGH PIONEIRO NEWSPAPER	Rúbia Hoffmann Ribeiro Eliana Gasparini Xerri	179
UMA IMAGEM VALE MAIS DO QUE MIL PALAVRAS: CONSIDERAÇÕES ACERCA DO USO DA FOTOGRAFIA NO ENSINO DA HISTÓRIA		
A PICTURES IS WORTH A THOUSAND WORDS: CONSIDERATIONS ABOUT USING PHOTOGRAPHY IN HISTORY EDUCATION	Isabella Czamanski Rota	199

COMO TRABALHAR COM A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL PRODUZIDA NOS MUSEUS E EM OUTROS ESPAÇOS? UMA EXPERIÊNCIA ENTRE O MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO E O CURSO PRÉ-UNIVERSITÁRIO POPULAR UP, CAPÃO DO LEÃO-RS¹

HOW TO WORK WITH HERITAGE EDUCATION PRODUCED IN MUSEUMS AND OTHER SPACES? AN EXPERIENCE BETWEEN THE MEMORIAL DA RESISTÊNCIA AND THE CURSO PRÉ-UNIVERSITÁRIO POPULAR UP, CAPÃO DO LEÃO-RS

Milena Rosa Araújo Ogawa²
Amanda Nunes Moreira³

Resumo: Objetivamos discutir a possibilidade do uso da educação patrimonial produzida por museus mesmo quando a limitação geográfica ao acesso do acervo é substancial. O Memorial da Resistência de São Paulo está localizado no antigo prédio do Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS-SP) e atualmente, através de um projeto de musealização, trabalha com a preservação das memórias de resistência e repressão política através da salvaguarda de documentação, exposições e do espaço educativo-cultural. Este trabalho é um relato de experiência sobre a utilização do “material de apoio ao professor” do Memorial da Resistência nas aulas do Curso Pré-Universitário Popular UP, Capão do Leão/RS.

Palavras-Chave: Memorial da Resistência, educação patrimonial, Curso Pré-Universitário Popular UP.

Abstract: The current paper aims to discuss the use of heritage education in museums regardless of geographical difficulties to access the collections. The Resistance Memorial of São Paulo (Memorial da Resistência de São Paulo) is located in the former building of the Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS-SP) and currently, through a musealization project, works with the preservation of memories of resistance and political repression through the safeguarding of documentation, exhibitions and the educational-cultural space. This paper is an experience report about the use of the Resistance Memorial “teacher support material” in the classes of the Curso Pré-Universitário Popular UP, Capão do Leão / RS.

Key words: Memorial da Resistência, heritage education, Curso Pré-Universitário Popular UP.

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 e apresentado na XXIV Jornada de Ensino de História e Educação: Ensino de História e Educação em tempos de incerteza, realizado na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus Erechim, entre os dias 7 e 10 de outubro de 2019. Evento organizado pelo Grupo de Trabalho de Ensino de História e Educação da Associação Nacional de História (ANPUH) do Rio Grande do Sul (RS).

² Doutoranda (bolsista CAPES), Mestre e Bacharela em História pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Especialista em Direitos Humanos e Cidadania e Licenciada em História pela Universidade Federal do Pampa. Bacharelada em Antropologia pela UFPel. Membro discente do Laboratório de Estudos Sobre a Cerâmica Antiga (LECA-UFPel) e do Grupo de Pesquisa CNPq Práticas Mortuárias no Mediterrâneo Antigo (TAPHOS-USP). E-mail: ogawa_milena@hotmail.com.br.

³ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal de Pelotas, Mestre em Ensino de História pela Universidade Federal do Rio Grande. Especialista em Orientação Educacional pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai. Especialista em Gestão Educacional pela Universidade Federal de Santa Maria. Licenciada em História pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Professora da rede pública e privada na cidade de Pelotas e supervisora do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID): E-mail amanda.nunes.moreira@gmail.com

Introdução

Este artigo configura-se como uma proposta de discussão sobre as possibilidades do uso da educação patrimonial produzida em museus, mesmo quando a limitação geográfica ao acesso relativo ao acervo é substancial. O Memorial da Resistência (MR) de São Paulo (SP) está localizado no antigo prédio do Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS-SP), e é o “único memorial dedicado à temática da resistência à Ditadura Civil-Militar no Brasil” (ALMEIDA, 2018, p. 40).

O artigo é um relato experiencial sobre fatores como: a utilização do “material de apoio ao professor” do MR, a qual se deu em duas aulas, ocorridas no dia 4 de setembro de 2019, no Curso Pré-Universitário Popular UP; as discussões após a apresentação desse trabalho na *XXIV Jornada de Ensino de História e Educação: Ensino de História e Educação em tempos de incerteza*, evento realizado na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus Erechim, entre os dias 7 e 10 de outubro de 2019; e a inquietação durante a palestra *Memórias da Anistia no Brasil: relatos de Maria Amélia Telles, Criméia de Almeida e Suzana Lisboa*, organizada pelo Instituto Mário Alves (IMA), no dia 14 de outubro de 2019, no Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Ciências Humanas, Sociais, Sociais Aplicadas, Artes Linguagem (CEHUS) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

A documentação disponibilizada pelo MR e utilizada no Curso foi: um desenho apreendido junto a Fúlvio Abramo; uma fotografia do culto ecumênico em memória de Vladimir Herzog; um requerimento de transferência de residência de Masato Aki; e uma ficha de qualificação de Carlos Marighella. Em concomitância, foram distribuídas uma *Carta ao professor* sobre o MR, decodificando o contexto da documentação – no período que vai da Era Vargas (1930/1945) à Ditadura Civil-Militar de Segurança Nacional (1964/1985), e indicando bibliografias facilitadoras do acesso ao material didático.

A estrutura do trabalho parte de dois pontos principais: a apresentação do MR e o relato de experiência com o material de apoio, seguida de uma problematização dos materiais educativos, os quais devem ser difundidos a fim de que a educação patrimonial feita nos museus ultrapasse os seus limites, e possa fazer parte da formação dos sujeitos sociais.

O Curso Pré-Universitário Popular UP começou suas atividades em 2013. O nome do projeto – UP, está escrito em Língua Inglesa, e pode ser traduzido para Língua Portuguesa como *para cima*. O termo foi escolhido com o objetivo de incitar os estudantes a pensar no seu crescimento intelectual/profissional. Esse amadurecimento é almejado tanto na perspectiva da aprovação no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), quanto no desejo, por parte dos educadores/as, de que seus educandos/as se apropriem de uma criticidade em relação a consciência política dentro de sua comunidade, atuando como sujeitos reflexivos de suas realidades nessa dimensão.



Figura 1: Aula inaugural do Curso em 2013 na FURG com os educandos/as e educadores/as.

Fonte: Acervo pessoal de Douglas Ferreira dos Santos

A atual sede do Curso localiza-se no Centro de Referência da Juventude (CRJ), no município do Capão do Leão/RS. A vinculação institucional, além de ser mediada pelo Programa de Auxílio ao Ingresso nos Cursos Técnico e Superior⁴ (PAIETS), da Universidade Federal do Rio Grande (FURG-RS), que proporciona a certificação aos/às professores/as, também o é pela Prefeitura de Capão do Leão, que financia o transporte dos/as educandos/as e dos/as educadores/as.

Hodiernamente, o Curso é coordenado pelos idealizadores do projeto, Douglas Ferreira

⁴ “O Programa de Auxílio ao Ingresso nos Cursos Técnico e Superior é um dos maiores programas de extensão da universidade, tendo surgido em 2008 com a necessidade de colaboração com a organização, com a formação e com o material dos cursos populares já existentes na cidade. O primeiro curso, organizado por estudantes de História, foi promovido no ano de 2000, e serviu de experiência para que outras iniciativas fossem tomadas em relação a cursos pré-universitários” (SANTOS, 2014, p. 660).

dos Santos, Igor Porto Vianna e Luana Rosa Jacobsen, e parte da premissa da educação popular, considerada contrária ao sistema capitalista de ensino. Sobre isso, cabe dizermos que:

Frente a um modelo de origem européia, internacionalizado como paradigma legítimo de trabalho com as classes populares através da educação e, finalmente, rotinizado como instituição de trabalho pedagógico consagrado, a educação popular emerge como um movimento de trabalho político com as classes populares através da educação. Diante de um modelo oficial de educação compensatória a educação popular não se propõe originalmente como uma forma ‘mais avançada’ de realizar a mesma coisa. Ele pretende ser uma retotalização de todo o projeto educativo, desde um ponto de vista popular (BRANDÃO, 2006, p. 42).

Partindo da perspectiva educacional dos cursos populares, a elaboração da oficina Ditadura Civil-Militar de Segurança Nacional foi realizada nas aulas de História ministradas, como já citado no dia 4 de setembro de 2019; a oficina foi levada a cabo pelas professoras Amanda Nunes Moreira e Milena Rosa Araújo Ogawa. O intuito da aula em questão foi proporcionar, através de diversos materiais didático-pedagógicos, descritos abaixo, uma atividade docente dinâmica que provocasse inquietações, questionamentos e reflexões sobre os períodos políticos de exceção. Nosso intuito era ultrapassar os conteúdos com foco apenas na do ENEM, mas proporcionar aos/às educandos/as a compreensão, e relação, das memórias de resistência e repressão, com outros contextos históricos e, sobretudo, com a história do tempo presente.

Memorial da Resistência

O MR de São Paulo, está localizado no antigo prédio do Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS-SP). Sua edificação ocorreu em 1914, e serviu à Estrada de Ferro Sorocabana até 1939. A segunda apropriação do local, deu-se com a finalidade de que ele sediasse a Secretaria de Segurança Pública (SSP), o que aconteceu até 1942. A instalação do DEOPS ocorreu logo após a saída da SSP (TRINDADE; COSTA, 2017, p. 412).



Figura 2: Sede do antigo DEOPS-SP durante a ditadura militar.

Fonte: Arquivo Público de São Paulo.

Atualmente, através de um projeto de musealização, o memorial trabalha com a preservação das memórias de repressões e resistências políticas, sobretudo através da salvaguarda de documentações, de exposições e do espaço educativo-cultural (MENEZES; CHIOVATTO; AIDAR, 2009).



Figura 3: Memorial da Resistência.

Fonte: Memorial da Resistência.

O projeto para transformar o antigo DEOPS em MR, começou em 1979 com a

promulgação da Lei da Anistia⁵, tornando-se "não apenas um repositório de artefatos e histórias de eventos passados, mas a materialização de um longo processo de disputas políticas e negociações" (TRINDADE; COSTA, 2017, p. 409). Sobre essas disputas com fins de apropriação do espaço e da memória, temos o seguinte:

Direito de uso, apropriação e ressignificação do espaço: a Escola Livre de Música via no prédio a possibilidade de alocação da sua nova sede, o governo de São Paulo identificava no projeto da Escola Superior de Música uma grande oportunidade de investimento estrangeiro e ex-militantes, ex-presos políticos e demais grupos políticos viam no Museu do Cárcere uma possibilidade de rememoração e compartilhamento público/denunciativo de suas memórias. A mídia, por sua vez, adotou uma narrativa em torno da 'higienização simbólica' do espaço, promovida pelo abafamento e substituição dos sons oriundos das práticas de tortura perpetradas pelos militares pelos sons orquestrais produzidos na Escola Superior de Música (...) cogitou-se a possibilidade de que o edifício se tornasse endereço do Museu do Imaginário do Povo Brasileiro, projeto que acabou sendo cancelado. As instalações utilizadas pelo DEOPS/SP, no entanto, foram mantidas e deram lugar ao que, como resultado das disputas entre diversos grupos de interesse, foi chamado de Memorial do Cárcere, criado em janeiro de 2002 (TRINDADE; COSTA, 2017, p. 415).

É necessário afirmar que durante a idealização, a aplicação e a discussão do trabalho na XXIV Jornada de Ensino de História e Educação, existia, por parte das educadoras, a visão do local como espaço de memória. No entanto, após a palestra "Memórias da Anistia no Brasil: relatos de Maria Amélia Telles, Criméia de Almeida e Suzana Lisboa", começamos a ter um novo olhar sobre o prédio.

Durante as falas das militantes envolvidas com organizações de esquerda, e que outrora foram prisioneiras no DEOPS, tendo sofrido torturas, percebemos uma diferença estética do ambiente entre o DEOPS e o MR. Ao relatarem o ambiente de sua prisão, quando foram vítimas do Estado, que atuava como agente de terror, o espaço não possuía a "higienização" que os visitantes do MR hoje encontram. Pelo contrário, segundo o relato delas, havia sangue, ratos, baratas e odores desagradáveis.

⁵ "Lei da Anistia, de 28 de agosto de 1979. Embora se trate de uma medida jurídica que impede o processamento penal, instituindo um perdão punitivo, essa lei, ao conceder anistia recíproca, estabelecia o controle do passado a partir de sua interdição, ou "neutralização moral", de acordo com Habermas, em se tratando da equiparação das responsabilidades pela violência (HABERMAS, 1987), vetando o direito à verdade e, por consequência, o conhecimento dos fatos imbricados na ditadura civil-militar" (BAUER, 2015, p. 118).



Figura 4: Cella do MR.
Fonte: Jornalismo Junior, ECA-USP.



Figura 5: Corredor do banho de sol.
Fonte: Jornalismo Junior, ECA-USP.



Figura 6: Sala de relatos.
Fonte: Pinacoteca de São Paulo.

Esses três ambientes expostos nas imagens acima são fundamentais no discurso das militantes, pois essas celas eram insalubres e, além disso, no corredor morreram inúmeros/as companheiros/as. Na sala de relatos, não existem imagens que se coadunem com as cenas vivenciadas. Portanto, em consequência dos relatos durante a palestra, percebemos o MR como um espaço de resistência e tentativa de “guardar memórias”, mas, ao mesmo tempo, a possibilidade de construção de novas realidades.

Relato de Experiência

Durante o dia 4 de setembro de 2019, no Curso Pré-Universitário Popular UP, foi realizada, em dois períodos de 50 minutos, a oficina sobre Ditadura Civil-Militar de Segurança Nacional, com relatos das militantes Criméia Almeida, Maria Amélia Teles e Nilce Azevedo Cardoso, e com a exibição de um recorte do longa-metragem *Batismo de Sangue*, além de distribuição da documentação do MR.

A oficina teve início sem nenhuma fala introdutória do conteúdo, apenas com a projeção de dois depoimentos das militantes Criméia Almeida e Maria Amélia Teles, disponibilizados na novela *Amor & Revolução* (2011), transmitida pela Rede de Televisão SBT.



Figura 7: Depoimento de Criméia Almeida.
Fonte: Amor & Revolução, SBT, 2011.



Figura 8: Depoimento de Maria Amélia Teles.
Fonte: Amor & Revolução, SBT, 2011.

No segundo momento, ainda sem nenhum diálogo com os/as educandos/as, foi projetado 10 minutos do longa metragem *Batismo de Sangue* (2007), dirigido por Helvécio Ratton. As cenas selecionadas tiveram início com o sequestro de três personagens militantes do filme, e a tortura na sala dos arquivos do DEOPS.



Figura 9: Cenas do filme Batismo de Sangue.
Fonte: Batismo de sangue, Helvécio Ratton.

Após esses momentos, foi iniciado um debate com os/as educandos/as, no qual a eles/as foi perguntado que sensações tiveram durante a exibição das mídias em questão. Em seguida, foi explicado a eles/as o que é *violência de Estado* e *estratégias de dominação*⁶. Procuramos trabalhar as medidas que foram tomadas após o regime político em questão como a Anistia, a Comissão Nacional da Verdade⁷ (CNV) e o MR. No concernente a CNV, utilizamos o relato de Nilce Azevedo Cardoso, pontuando a ação estadual em relação ao tema.

⁶ “As estratégias utilizadas para disseminar o medo como forma de dominação política nessas populações basearam-se em refinados métodos de terror físico, ideológico e psicológico apreendidos através da assimilação de outras experiências e do desenvolvimento de doutrinas próprias. Como consequência, houve a formação de uma “cultura do medo” como meio e fim, condição necessária e resultado procurado. O conjunto dessas práticas pode ser entendido como uma estratégia de implantação do terror (BAUER, 2014), e o terrorismo de Estado, pelas dificuldades de elaboração, representação e simbolização, configura “[...] alguma coisa do passado que ficou em suspenso” (CARDOSO, 2001, p. 148-149). Os resultados dessa experiência não se extinguiram com a mudança do regime político e não se mantiveram restritos aos que sofreram direta ou indiretamente essas estratégias, mas foram transmitidos às gerações subsequentes” (BAUER, 2015, p. 116).

⁷ “A criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV) através da Lei n. 12.528, de 13 de novembro de 2011, concluindo um debate que se iniciou em 2008, durante a XI Conferência Nacional de Direitos Humanos, pode ser compreendida a partir desta paradoxal perspectiva – a excepcionalidade e a elaboração de políticas de memória –, seja pelas representações do passado que traz consigo – a Lei da Anistia ou a “ideologia da reconciliação” – ou pela temporalidade, demonstrando como essas medidas estão inseridas dentro de uma concepção presentista do tempo (HARTOG, 2013). A CNV, enquanto uma política de memória, caracteriza-se por um processo coletivo de significação do passado recente em que se procura orientar as ações e investigações entre “futuros passados”, “passados presentes” e “passados que não passam”. Esta constatação é importante para perceber-se como o terrorismo de Estado e seus efeitos residuais são capazes de alterar as estruturas básicas de definição de passado, presente e futuro” (BAUER, 2015, p. 120-121).



Figura 10: Nilce Azevedo Cardoso - Audiência Pública em Porto Alegre.
Fonte: Comissão Nacional da Verdade.

Segundo Caroline Bauer (2015), a garantia por políticas de memória, são tensionadas desde a década de 1990, sendo lutas dos/as militantes/as e/ou familiares dos mortos, dos/as desaparecidos/as, dos/as ex-presos/as e dos/as perseguidos/as. Assim, entendemos o seguinte como políticas de reparações:

Por políticas de memória, entende-se o conjunto de ações dos estados para garantir processos individuais e coletivos de reparação que estabeleçam quais são os parâmetros éticos e morais que sustentam os regimes democráticos, desta forma combatendo-se todas as violações aos Direitos Humanos cometidas no passado e as que ainda permanecem no presente. Seu objetivo retroativo, ou seja, direcionado à ditadura civil-militar, é reconhecer o terrorismo de Estado e as suas consequências para a coletividade, permitindo que distintas memórias sobre o passado traumático ganhem espaço público e legitimidade e fazendo com que setores da sociedade possam elaborar seus lutos (BAUER, 2015, p. 120).

Partindo dessas disputas para construções de memória, o MR foi idealizado em 2007 e inaugurado em 2009. Ligado ao Núcleo de Preservação da Memória Histórica envolve ex-presos/as políticos/as, isto é, eles/as são “‘testemunhas’ do DEOPS/SP, uma vez que foram mais que espectadores daquelas carceragens, sendo atores, partícipes e protagonistas das experiências ali vivenciadas na condição de presos políticos” (MOREIRA, 2016, p. 21).

Além da missão de preservar a memória da resistência, o MR conta com um educativo que disponibiliza gratuitamente, aos/às professores/as, o material de apoio que foi utilizado na oficina descrita neste artigo. Segundo Caroline Menezes, o intuito do material é “oferecer subsídios para a utilização de reproduções de documentos históricos como recursos educativos em sala de aula, destinando-se, este material, principalmente aos professores de Ensino Médio da disciplina de História” (2009, p. 1).

A seguir, apresentaremos os documento - um desenho aprendido junto a Fúlvio Abramo; uma fotografia do culto ecumênico em memória de Vladimir Herzog; um requerimento de transferência de residência de Masato Aki; e uma ficha de qualificação de Carlos Marighella; seguido das sugestões de aplicabilidade do próprio material de apoio e dos comentários dos/as educandos/as sobre as problematizações.

Material 1. Desenho aprendido junto a Fúlvio Abramo.



Figura 11: Desenho aprendido junto a Fúlvio Abramo.
Fonte: Portuário nº 712, Fúlvio Abramo - DEOPS/SP (1936-7)

Questões propostas pelo MR para trabalhar com os/as alunos/as:

O que vocês veem na imagem?

Quais figuras podemos reconhecer?

O que as figuras humanas parecem fazer?

Quais as cores utilizadas?

Que sensações essas cores podem causar? Por quê?

Há partes desenhadas a lápis e partes pintadas. Este desenho parece ter sido finalizado?

Por quê?

Há indicações sobre quem fez o desenho?

Há indicações da data em que foi produzido?

O que significa o carimbo? Por quê?

Quais os detalhes presentes nas figuras humanas?

Como é a roupa, o que elas carregam, qual a expressão do rosto, qual a disposição do corpo, etc?

Quais elementos compõem o segundo plano (fundo)?

Quais elementos compõem o plano inferior?

Associado as roupas e os ambientes em que os personagens se encontram, o que podemos afirmar sobre a profissão dessas pessoas? Por quê?

Quais as ideias essa imagem desperta em vocês?

Porque este desenho pode ser considerado como uma manifestação de resistência?

Durante a oficina, foi efetuada, como é solicitado no material, a tentativa de instigar os/as alunos/as por meio de perguntas sobre o que eles/as entendiam como confisco e se, na opinião deles/as, um desenho poderia significar prisão. Foi relatado quem era Fúlvio Abramo⁸ o que era a ideologia política comunista, qual os significados da foice, do martelo e da cor vermelho, analisando o desenho em questão enquanto documento histórico.

O grupo encarregado respondeu satisfatoriamente às questões. Um aspecto positivo foi o momento em que os/as integrantes do mesmo, se perguntaram como se sentiriam se caso sua liberdade passasse a ser condicionada por outros indivíduos. Refletiram que até o momento, mesmo não vivendo em período de regime político de exceção, muitas pessoas não frequentam determinados espaços em que se reflete sobre ideias político-governamentais.

⁸ “Um desenho apreendido do Jornalista e militante político Fúlvio Abramo pelo DEOPS/SP, na ocasião em que foi posto em liberdade no dia 10 de maio de 1937, após ter cumprido onze meses e um dia de prisão. Com a formação política iniciada na própria família (especialmente pelo avô Bortolo Scarmagnan, que foi um ativo anarquista), Fúlvio Abramo (1909-1993) militou no Partido socialista, na Liga Internacionalista Comunista de São Paulo e na Frente Única Antifascista durante os anos 1930 da ditadura Vargas. Trabalhou como chefe de reportagem do jornal ‘Diários Associados’, de Assis Chateaubriand, escrevia artigos para o jornal de resistência ‘O Proletário’ e foi autor de boletins de propaganda distribuídos pelos bairros operários da cidade. Atuava na clandestinidade com os nomes de guerra Britscher, Rinaldo, Roberto ou Eduardo” (MENEZES, 2009, p. 1, desenho apreendido junto a Fúlvio Abramo).

Material 2. Fotografia do culto ecumênico em memória de Vladimir Herzog.



Figura 12: do culto ecumênico em memória de Vladimir Herzog.

Fonte: Arquivo/Agência Estado (31/10/1975)

Questões propostas pelo MR para trabalhar com os/as alunos/as:

O que vocês veem na imagem?

Parece ser um ambiente interno ou externo? Por quê?

Que lugar parece ser esse? Por que?

Como é a iluminação desse local?

De onde parece vir a luz que ilumina as pessoas? Por quê?

Onde estava o fotógrafo quando tirou essa fotografia?

Qual a percepção que temos das pessoas em relação ao espaço?

Se vocês fossem escrever esta imagem para alguém que não viu, o que diriam?

Há indicação sobre o fotógrafo ou o organismo produtor?

Há indicações sobre a data em que foi tirada?

Que sensações a ausência de cor nessa foto podem causar? Por quê?

Que sensações o ponto de vista a partir de baixo podem causar?

Como as pessoas presentes na fotografia estão vestidas? Quais as diferenças entre essas roupas?

Vocês acham que essas roupas eram usadas para trabalho ou lazer?

O que podemos afirmar sobre a profissão dessas pessoas?

O que parecem estar fazendo? Por quê?

Podemos afirmar que se trata de um momento de descontração ou de solenidade? Por quê?

Quais sensações podem causar a parte mais iluminada da imagem em contraste com a parte mais escura? Por quê?

Como já mencionado, seguimos o roteiro do MR, onde nesse momento problematizamos sobre questões como: o porquê do registro das fotos; para que servem os retratos de família; e se seria possível reconstituir momentos (relação entre presente e passado). Então questionamos se os/as alunos/as, ao pensar sobre o “valor” que cada um, em particular, empregava sobre as suas recordações, poderiam se emocionar com um momento passado e registrado.

Partindo dessas dúvidas, abordamos, juntamente com os/as educandos/as em questão, as possibilidades de as fotografias servirem como documentos históricos. Juntos/as, pensamos se seria o retrato em si o único campo de análise possível, ou se também o seria o momento em que tal fora tirado, a pessoa que o tirou, a angulação, a intencionalidade, etc.

Os/As alunos/as, após a explicação de quem era Vladimir Herzog⁹, começaram a se questionar a respeito de quais eram as possíveis intenções em se registrar esses momentos e quem teria publicado tais fotos. De igual modo, começaram a debater sobre as fotos nas redes sociais, por

⁹ Vladimir Herzog "filho de judeus, sobrevivente da 2º Guerra, jornalista, especializado pela BBC de Londres em televisão e militante do PCB, que, como sabemos, não aderiu e era crítico à luta armada. Sua morte foi anunciada como suicídio pelo aparato do 2º Exército e como prova uma foto onde ficava clara a farsa da 'causa mortis'. Supostamente suicida, foi encaminhado para o enterro com caixão fechado para a Sociedade Cemitério Israelita. Seria sepultado no local indicado para suicidas se não fosse o protesto de membros da coletividade judaica" (KLEINAS, 2012, p. 14).

quê selecionamos determinados momentos e o que consideramos “digno” de registros ou quais fotos “valem mais *likes*”, isto é, fotos também tem um próprio discurso, um significado.

Material 3. Requerimento de transferência de residência de Masato Aki.

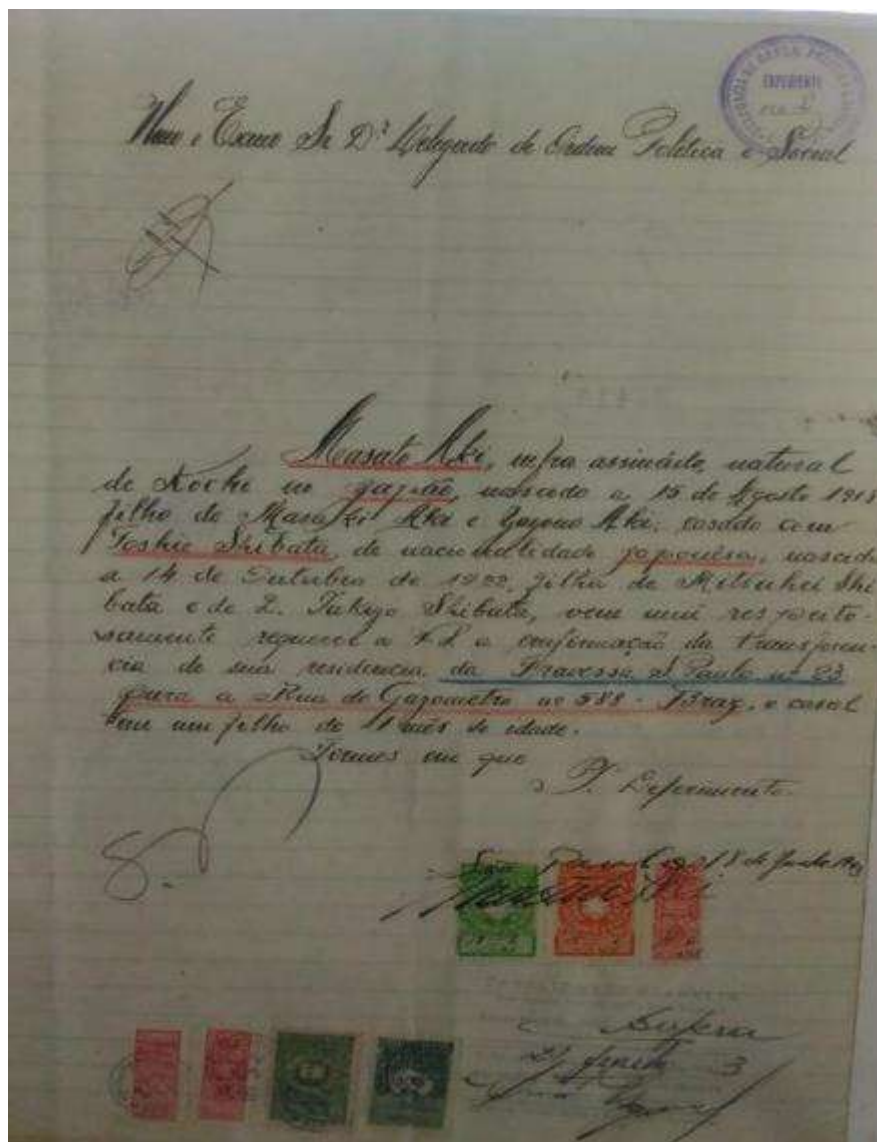


Figura 13: Requerimento de transferência de residência de Masato Aki.
Fonte: Portuário nº 27.262, Masato Aki- DEOPS/SP (18/07/1943)

Questões propostas pelo MR para trabalhar com os/as alunos/as:

Que tipo de documento histórico parece ser esse?

Quem produziu esse requerimento? A quem se destina?

Por que você acha que foi produzido? Qual poderia ser sua finalidade?

Por que você acha que foi escrito à mão?

Quais termos aparecem sublinhados?

É possível perceber as diferenças entre os termos grifados em vermelho e os em azul?

Quais?

Qual a nacionalidade de Masato Aki e sua esposa?

O que podemos conhecer sobre a vida de Massato Aki a partir das informações presentes no requerimento?

O que mais chamou atenção de vocês no requerimento?

Durante o primeiro momento de diálogo com os/as alunos/as, perguntou-se em quais situações eles/as precisariam pedir autorização para que frequentassem determinados ambientes. Em seguida, contextualizamos as imigrações históricas no Brasil, tanto nos momentos em que os imigrantes foram desejados (política de branqueamento, décadas de 1920-1930), quanto naqueles em que a presença deles se tornou inimiga da ordem, como quando das políticas nacionalizantes da Era Vargas.

Contamos quem era Masato Aki¹⁰, personagem principal da documentação. Então

¹⁰ “O pintor japonês Masato Aki (1918, Kochi-1982, São Paulo) imigrou para o Brasil em 1933, com 15 anos de idade. O destino da primeira onda de imigração japonesa, iniciada em 1908, foram as regiões agrícolas, principalmente do interior de São Paulo. Tempos difíceis, dadas as diferenças culturais e, em grande medida, as condições precárias de sobrevivência nas fazendas. A grande maioria, após esse primeiro período repleto de vicissitudes, transfere-se para cidades maiores, principalmente a capital paulistana, passando a realizar atividades ligadas à prestação de serviços e ao comércio. Nesse contexto Masato Aki, se transfere da zona rural para a cidade de São Paulo em 1937, onde se integra ao grupo denominado ‘Zoo-kei Bijitsu Kenkyu-Kai’ ou ‘Seibi-Kai’. Fundado em 1935 por artistas nipo-brasileiros, principalmente Tomoo Handa (1906-1996), Walter Tanaka (1910-1970) e Kijoji Tomioka (1894-1985), o grupo tinha entre seus objetivos a pesquisa, a crítica, o aperfeiçoamento e a difusão artística, bem como o auxílio aos recém-chegados no país. Uma das práticas realizadas pelo Seibi-Kai foi as excursões e viagens em conjunto com seus integrantes, tendo em vista estimular o fazer artístico a

solicitamos aos/às alunos/as que eles/as se imaginassem como controlados em seu passo a passo diário, devendo ceder informações de suas ações como simples mudanças de casa: o que eles/as sentiriam?

Depois realizamos uma roda de perguntas, e questionamos: será que é apenas nesses momentos de exceção que somos vigiados? Não cedemos gratuitamente nossas informações em *check-in* nas redes sociais e/ou através de aplicativos? Isso também não é uma forma de controle? Quem gerencia esse aparato? Para quem são vendidas essas informações? Elas podem ser usadas apenas para compras ou se desdobram em outros aspectos político-sociais?

Material 4. Ficha de qualificação de Carlos Marighella.

Figura 14: REGISTRO GERAL Nº

Nome: CARLOS MARIGHELLA. Vaga: CARLOS MARIGHELLA
 Filiação: (pai) ANTONIO MARIGHELLA e (mãe) MARIA PERA MARIGHELLA
 Data (declaração ou apuração): 22.05.1924. (declaração e data em que nasceu, segundo o registro)
 Estado de nascimento: SÃO PAULO. Estado civil: CASADO
 Profissão (declaração): PROFESSOR PARTICIPANTE. Nacionalidade: BRASILEIRO
 Lugar onde nasceu: SALVADOR. (cidade estrangeira)
 Há quanto tempo vive aqui (país e data, se diferente):
 Instrução: SUPERIOR. Situação: (declaração) BA. SUTRA. SUTRA, 131-40-29 704-200-2004
 Data de prisão: 2-7-1964. Data da libertação: 2-7-1964
 Motivo da prisão: FURTO NA LUI DE SEGURANÇA NACIONAL. Motivo da prisão (em flagrante, por mandado, etc.):
 Data sendo processado: SEM
 Motivo em que se acha o processo:
 Natureza Criminal do processo ou do crime:
 Motivo atual e anterior do processo:
 Indulto: NÃO TEM.
 Escala:
 OBSERVAÇÕES: — De todos os atos, deve ser assinado pelo autoridade de autoridade policial.
 HABILITADO HONORARIAMENTE EM 1964

Figura 15: CARACTERES GEOMÉTRICOS, ETC.

Forma: RETANGULO
 Altura: 1,78m
 Peso: 60kg
 Complexão: ESCURAS
 Oculares: (cor, posição, se usa óculos): 1,78
 Cabelo:
 Marcas Particulares, Cicatrizes e Tatuagens
 Não possui: (declaração feita no ato):
 Não possui: (declaração feita no ato):
 Outros:
 Outros: (se for necessário, altura, peso, etc.)
 Notas e informações diversas sobre prisão, processo, condenações, identificação anterior, lugares onde tem residência nos últimos cinco anos, etc.
 MARIGHELLA CARLOS MARIGHELLA FURTO NA LUI DE SEGURANÇA NACIONAL
 BRASILIA 03/07/1964
 POR IDENTIFICAR NA LUI DE SEGURANÇA NACIONAL
 BRASILIA 03/07/1964
 ASSINATURA DO ESTIPULANTE
 Carlos Marighella

Figura 14 e 15: Ficha de qualificação de Carlos Marighella.

Fonte: Dossiê 30-Z-160 (03/07/1964).

partir da observação e do contato direto com a natureza e as paisagens urbanas e rurais” (MENEZES, 2009, p. 1, Requerimento de transferência de residência de Masato Aki).

Questões propostas pelo MR para trabalhar com os/as alunos/as:

Há indicações sobre a instituição e o organismo que produziu este documento histórico?

Quais?

Quais os campos de informação existentes? De que maneira estão organizados?

Quem é a pessoa identificada?

O que podemos conhecer sobre a pessoa identificada a partir das informações registradas?

O que pode significar o carimbo? Por quê?

Sabendo que esta ficha e qualificação foi produzida pelo DEOPS/SP e a partir do formato padronizado e das informações registradas, o que é possível afirmar sobre a sua finalidade e sua utilização?

Como é solicitado no material de apoio, iniciamos perguntando: quais dos documentos em questão eram do conhecimento dos/as educandos/as; quais possuíam legitimidade e como eles/as acreditavam que funcionaria o processo de obtenção dessa mesma. Em seguida, falou-se a respeito de quem foi Carlos Marighella¹¹, e foram propostas as seguintes perguntas: “qual o tipo de controle que a ficha de qualificação produzida pelo DEOPS/SP evidencia?”; “para quais situações este documento foi produzido?”; e “o que vocês entendem por resistência” (MENEZES, 2009, p. 1 - Ficha de qualificação).

Durante a oficina, percebemos que a dinâmica foi alterada: as mídias e as documentações contribuíram tanto para a fixação da atenção dos/as alunos/as, quanto para a aproximação deles/as no que concerne aos recortes histórico-temporais. Acreditamos que esse trabalho iniciou um momento de significativas vivências compartilhadas ao longo da disciplina. Os/As educandos/as começaram a pensar de forma mais empática, enquanto trabalhávamos sobre certos contextos. Os conteúdos começaram a ser percebidos a partir de uma perspectiva mais sensível, e isso com a agências

¹¹ “Foi Carlos Marighella, o criador do Agrupamento Comunista de São Paulo, uma dissidência do PCB mais tarde rebatizada como Ação Libertadora Nacional (ALN). (...) Nascido em Salvador (BA), em 5 de dezembro de 1911, Carlos Marighella era o mais velho dos sete filhos do mecânico italiano Augusto Marighella e de Maria Rita, uma negra haussá descendente de escravos trazidos do Sudão. Frequentou o Ginásio da Bahia, onde conheceu o futuro colega de militância do PCB, Mauricio Grabois. Em 1931, ingressou no curso de engenharia da Escola Politécnica da Bahia (..) preso por incitar a oposição dos estudantes (...) Libertado em 1933, Marighella ingressa na Juventude Comunista de Salvador. Meses depois, abandona o curso de Engenharia e passa a se dedicar exclusivamente ao PCB” (FEIJÓ, 2011, p. 48-49).

de mulheres e homens. Destacamos, como resultado, o maior interesse e a maior participação no que se refere à busca de informações complementares.

Assim, ao trabalharmos com documentações e espaços de memória, buscamos potencializar, com os/as educandos/as, novas articulações sobre o patrimônio cultural. Segundo a Constituição Brasileira, no Título VIII, Capítulo III, Seção II, Artigo 216, o patrimônio é composto por um conjunto de bens materiais e imateriais que articulam identidades e memórias individuais e/ou coletivas¹². Sobre esses espaços, dizemos que eles envolvem diferentes disputas, como podemos observar:

A problemática dos lugares de memória está justamente no fato de eles constituírem em uma construção histórica e, por isso mesmo, estarem sujeitos a interesses particulares que desejam, por meio da preservação desses lugares, os tornar pontos de referência como “marcos testemunhas de uma outra era, das ilusões de eternidade” (NORA, 1993: 13). Assim ‘Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariais atas, porque essas operações não são naturais’ (NORA, 1993, p.13). Cabe enfatizar ainda que, na concepção de Nora, os lugares de memória não se concretizam apenas no aspecto material da palavra, mas também em uma acepção simbólica e funcional. No que se refere aos lugares materiais, ele afirma ser nesse aspecto que memória social se ancora e pode ser apreendida pelos sentidos. Com relação aos lugares funcionais, afirma que possuem a função de alicerçar memórias coletivas. Já no caráter simbólico, são lugares onde a memória coletiva se expressa e se revela (ROLIM, 2013, p. 5-6).

Tendo clara a impossibilidade do acesso geográfico ao MR, localizado em São Paulo, pelo pessoal do Curso Popular, no estado do Rio Grande do Sul, mediante a busca para o acesso de nossos/as alunos/as, para vivenciar esse ambiente museológico, idealizamos essa oficina para contribuir em diferentes frentes: para que eles/as se vissem como sujeitos atuantes nesse processo histórico, refletindo sobre os mecanismos para o cerceamento das liberdades individuais e coletivas, e percebendo as relações entre ditaduras e Estados na lógica política de agenciamento de terror. No mesmo sentido, tomando conhecimento do contexto de política de exceção, eles/as percebem a

¹² “Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico” (BRASIL, 1988, Título VIII, Capítulo III, Seção II, Art 216).

possibilidade de dialogar sobre essas memórias traumáticas, apropriando-se desse conhecimento. Nesse contexto, como aponta Maria de Lourdes Parreira Horta (et al, 1999) a educação patrimonial proporciona inúmeros mecanismos de ensino. Tal autora explica que:

Um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural (HORTA et al, 1999, p. 6).

Destacamos, também, de forma positiva, a proposta educacional no âmbito coletivo. A atividade proporcionou maior interação dos/as alunos/as, pois construíram juntos, linhas de pensamento, assim como relacionaram com seu contexto, com suas vivências. Um momento marcante, foi através dos questionamentos: “quem regula a hora de vocês voltarem para a casa? E se outros interferissem nesse processo, como se sentiriam? Vocês acreditam que vale a pena, em quaisquer circunstâncias, negociar liberdades?”

Foi perceptível um estado emocional de indignação com regimes que, em dadas circunstâncias, empregam a tortura como meio de repressão. Reiteramos que houve o interesse por parte dos/as educandos/as com relação a visitas a museus, atividades que já se encontram em demanda nas pautas do Curso. Para eles/as, esses ambientes antes eram, em suas palavras, “prédios velhos, chatos, e somente frequentados por pessoas que tinham dinheiro sobrando”. Portanto, acreditamos ter sido eficaz a mediação museológica que ocorreu, e isso numa perspectiva que transcende o MR. Seu material foi, não obstante, o propulsor para iniciarmos essa atividade didático-pedagógica e seus desdobramentos.

Considerações Finais

A proposta da oficina de Ditadura Civil-Militar de Segurança Nacional tinha como intenção transcender as barreiras paradigmáticas de um ensino com práticas “tradicionais”, apenas com aulas expositivas. Foi possível avançar para uma projeção das mídias, e para uma disponibilização

documental capaz de envolver diversos suportes, como fotografias, desenhos e fichas de qualificação e de autorização de exegeses próprias.

Percebemos que mesmo que os/as alunos/as não possam acessar o MR, conseguimos, através do material de apoio, proporcionar e provocar momentos para “desacomodar” esses sujeitos em relação ao último regime ditatorial sofrido pelo Brasil. Durante a exposição das imagens, projeção do filme percebeu-se que houve desconforto entre os/as estudantes - demonstrações de emoções indignadas. O tema também suscitou diálogos, problematizações e críticas ao regime.

Observamos o surgimento de uma criticidade sobre o contexto histórico em questão, além do despertar de uma consciência contra discursos rasos que eivam os cotidianos. Nossas observações mostraram que, ao fim da oficina, não ocorreram apenas uma “transmissão” de conteúdos, uma aprendizagem do fato, com o objetivo de realização de uma prova, um ENEM, houve mais, os/as alunos/as sentiram-se partícipes da história política brasileira atual, o que eles/as, e todos/as os/as brasileiros/as, de fato somos.

A oficina afixou-se como uma ferramenta metodológica, que possibilitou aos/às alunos/as o conhecimento, análise e reflexão sobre o fato, auxiliando na formação de uma aprendizagem social e política frente ao acontecimento que ocorreu no país. Esse processo de formação, proporcionou a esses/as educandos/as, apropriar-se da história, percebendo que não são “receptores” do conhecimento, mas sujeitos históricos que fazem parte dos processos de transformações sociais a partir dessa apropriação.

Referências

a) Fontes

ALMEIDA, Criméia. **Depoimento de Criméia Almeida para SBT: Amor e Revolução – Depoimento.** [2011]. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=rz0ekhjmvRc>>. Acesso em: 05.09. 2019.

RASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília: Presidência da República, [2016]. Disponível em: <https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_26.06.2019/art_216_.asp> acesso em 10. set. de 2019.

DESENHO aprendido junto a Fúlvio Abramo. Procedência: portuário nº 712, Flúvio Abramo -

DEOPS/SP (1936-7). Tamanho original 25X32,5 cm

TELES, Maria Amélia. **Depoimento de Maria Amélia Teles para SBT: Amor e Revolução – Depoimento.** [2011]. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=kFqm0OcJDDk>>. Acesso em: 05.09. 2019.

REQUERIMENTO de transferência de residência de Masato Aki Procedência: portuário nº 27.262, Masato Aki- DEOPS/SP (18/07/1943) Tamanho original 21X30cm

b) Bibliografia

ALMEIDA, Priscila Cabral. **Processos de construção de lugares de memória da resistência em Salvador: projetos, disputas e assimetrias.** 2018. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais) - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2018.

BAUER, Caroline Silveira. **O debate legislativo sobre a criação da Comissão Nacional da Verdade e as múltiplas articulações e dimensões de temporalidade da ditadura civil-militar brasileira.** Anos 90, Porto Alegre, v. 22, n. 40, p. 115-152, dez. 2015.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação popular.** Disponível em: <<http://ifibe.edu.br/arq/201509112220031556922168.pdf>> acesso em 10.11.2019.

FEIJÓ, Sara Carolina Duarte. **Memória da resistência à ditadura: uma análise do filme Batismo de Sangue.** 2011. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

HORTA, Maria de Lourdes Parreira; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de educação patrimonial.** Brasília, IPHAN: Museu Imperial, 1999.

KLEINAS, Alberto. **Da morte de Vladimir Herzog e a luta contra a ditadura: a desconstrução do suicídio.** 2012. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.

MENEZES, Caroline Grassi Franco de; CHIOVATTO, Mile Milene; AIDAR, Gabriela. **Material de apoio ao professor: Memorial da Resistência.** São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2009.

MOREIRA, Viviane Fecher. **A história é de todos nós: narrativas sobre a formação do Memorial da Resistência.** 2016. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) - Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

ROLIM, Eliana de Souza. Patrimônio histórico, memória, história e construção de saberes. In: **XXVII Simpósio Nacional de História**, 2013, Natal. Anais do XXVII Simpósio Nacional de História, p. 1-14, 2013.

SANTOS, Douglas Ferreira dos. UP na vida dos sujeitos: a importância da extensão realizada jovens do PAIETS. **Memórias 9º Congreso Internacional de Educación Superior: por una universidad socialmente responsable**, Habana, Cuba, 2014.

TRINDADE, Talita de Oliveira; COSTA, Alessandra de Sá Mello. Reflexões sobre a produção de espaços de memória em contextos de justiça de transição: o caso do memorial da resistência de São Paulo. **Revista Brasileira de Estudos Organizacionais**, v. 4, n 2, p. 407-436, 2017

c) Filmes:

Batismo de Sangue (Brasil, 2006). Direção: Helvécio Ratton. 100 min